

Capitalismo na era digital e educação: democracia, Estado e ideologia

Geo Saura, Vera Maria Vidal Peroni, Daniela de Oliveira Pires & Paula Valim de Lima

Resumo:

O objetivo do artigo é defender um aparato teórico-conceitual e analítico sobre as noções de democracia, Estado e ideologia para analisar alguns dos avanços do capitalismo contemporâneo em sua era digital na política educacional global. O procedimento analítico baseia-se em uma revisão crítica da literatura sobre democracia, Estado e ideologia, com foco nos contextos da política educativa em Portugal e Brasil, enquadrado em três períodos de crises cíclicas do capitalismo. A primeira seção concentra-se na democracia, partindo da Revolução dos Cravos de 1974 (Portugal) e do final da ditadura civil-militar em 1985 (Brasil). A segunda seção focaliza-se no Estado após a crise capitalista de 2008. A terceira seção concentra-se na ideologia após a crise da pandemia global de Covid-19. Os resultados e conclusões estão centrados em defender e advogar três aspectos centrais para analisar o capitalismo contemporâneo em sua era digital. Em primeiro lugar, estudar a democracia como um processo de construção histórica. Em segundo lugar, examinar o Estado contemporâneo como uma relação social através da análise de redes de governança e da relação entre o público e o privado. Em terceiro lugar, analisar a ideologia existente na configuração presente e futura das reformas educacionais através das noções de imaginários sociotécnicos e tecnosolucionismo.

Palavras-chave:

capitalismo digital; política educacional; democracia; privatização; imaginários sociotécnicos.

Capitalism in the Digital Age and Education: Democracy, State, and Ideology

Abstract: The aim of the article is to defend a theoretical-conceptual and analytical framework regarding the notions of democracy, state, and ideology to analyze some of the advances of contemporary capitalism in its digital era within global education policy. The analytical procedure is based on a critical literature review on democracy, state, and ideology, focusing on the contexts of educational policy in Portugal and Brazil, framed within three periods of cyclical capitalist crises. The first section focuses on democracy, starting from the Carnation Revolution of 1974 (Portugal) and the end of the civic-military dictatorship in 1985 (Brazil). The second section centers on the state following the capitalist crisis of 2008. The third section addresses ideology in the context of the Covid-19 crisis. The results and conclusions focus on defending and advocating three central aspects for analyzing contemporary capitalism in its digital era. Firstly, studying democracy as a process of historical construction. Secondly, examining the contemporary State as a social relation through the analysis of governance networks and the relationship between the public and the private spheres. Thirdly, analyzing the existing ideology in the present and future configuration of educational reforms through the notions of sociotechnical imaginaries and technosolutionism.

Keywords: digital capitalism; education policy; democracy; privatization; sociotechnical imaginaries.

Le capitalisme à l'ère numérique et l'éducation: démocratie, État et idéologie

Résumé: L'objectif de l'article est de défendre un appareil théorique-conceptuel et analytique sur les notions de démocratie, d'État et d'idéologie pour analyser certains des progrès du capitalisme contemporain à l'ère numérique dans le domaine de la politique éducative mondiale. La démarche analytique repose sur une révision critique de la littérature sur la démocratie, l'État et l'idéologie, en se concentrant sur les contextes de la politique éducative au Portugal et au Brésil, inscrit dans trois périodes de crises cycliques du capitalisme. La première section se concentre sur la démocratie, en partant de la Révolution des Œillets de 1974 (Portugal) et de la fin de la dictature civile-militaire en 1985 (Brésil). La deuxième section se focalise sur l'État après la crise capitaliste de 2008. La troisième section se concentre sur l'idéologie après la crise de la pandémie mondiale de Covid-19. Les résultats et les conclusions se concentrent sur la défense et la promotion de trois aspects centraux pour analyser le capitalisme contemporain à l'ère numérique. Premièrement, étudier la démocratie comme un processus de construction historique. Deuxièmement, examiner l'État contemporain comme une relation sociale à travers l'analyse des réseaux de gouvernance et de la relation entre le public et le privé. Troisièmement, analyser l'idéologie présente dans la configuration présente et future des réformes éducatives à travers les notions d'imaginaires sociotechniques et de technosolutionnisme.

Mots clés: capitalisme numérique; politique éducative; démocratie; privatisation; imaginaires sociotechniques.

El capitalismo en la era digital y educación: democracia, Estado e ideología

Resumen: El objetivo del artículo es defender un aparataje teórico-conceptual y analítico sobre las nociones de democracia, Estado e ideología para analizar algunos de los avances del capitalismo contemporáneo en su era digital dentro de la política educativa global. El procedimiento analítico se basa en una revisión crítica de la literatura sobre democracia, Estado e ideología, delimitada en los contextos de la política educativa en Portugal y Brasil, enmarcado en tres períodos de las crisis cíclicas del capitalismo. La primera sección se centra en la democracia, partiendo de la Revolución de los Claveles de 1974 (Portugal) y el fin de la dictadura cívico-militar en 1985 (Brasil). La segunda sección se focaliza en el Estado tras la crisis capitalista de 2008. La tercera sección se enfoca en la ideología tras la crisis de la pandemia global Covid-19. Los resultados y conclusiones se centran en defender y abogar tres aspectos centrales para analizar el capitalismo contemporáneo en su era digital. En primer lugar, estudiar la democracia como un proceso de construcción histórica. En segundo lugar, examinar el Estado contemporáneo como una relación social a través del análisis de redes de gobernanza y la relación entre lo público y lo privado. En tercer lugar, analizar la ideología existente en la configuración presente y futura de las reformas educativas a través de las nociones de imaginarios sociotécnicos y tecnosolucionismo.

Palabras clave: capitalismo digital; política educativa; democracia; privatización; imaginarios sociotécnicos

Introdução

Neste momento, o ChatGPT da Indústria OpenAI – um sistema privado de Inteligência Artificial (IA) generativa de precisão algorítmica – continua a expandir-se pelos sistemas educacionais públicos em todo o mundo. Junto disso, surge uma infinidade de novas mercadorias digitais e ferramentas tecnológicas privadas que estão gerando parte dos avanços mais significativos nos mercados tecnoeducativos da privatização digital na política educacional global (Saura et al., 2023).

De modo concreto, destacam-se a expansão de tecnologias privadas de alta precisão algorítmica e automatização, mediadas pelos últimos desenvolvimentos tecnológicos da indústria de IA, datificação e *Big Data*. Essas mercadorias digitais começam a ser usadas para transformar as formas de pensar, projetar e configurar as políticas na maioria dos sistemas educacionais. Os avanços tecnológicos privados para transformar a política educacional global materializam-se nas escolas, junto a uma multiplicidade de *softwares* que tentam traduzir qualquer comportamento e ação educacional em dados, com o objetivo de produzir conhecimento cada vez mais datificado. Ao mesmo tempo, geram novas formas de governança automatizada capazes de alterar os processos de configuração e as metas a serem alcançadas na política educacional global. Tudo isso é acompanhado pelos sistemas de *cloud computing* privados das *Big Tech* (Amazon, Google e Microsoft) e suas próprias plataformas digitais hegemônicas (Google for Education, Microsoft 365), ao mesmo tempo em que se materializa em contínua inter-relação e aninhamento com outras plataformas digitais e softwares do conglomerado da indústria *EdTech*, com o objetivo de transformar os processos de ensino e aprendizagem nas escolas públicas.

Ao mesmo tempo em que esses avanços capitalistas estão sendo consolidados por meio da materialização das mercadorias digitais pró-privatização, proliferam-se análises críticas que tentam compreender algumas dessas transformações contemporâneas argumentando a presença de um novo capitalismo. A maioria das pesquisas críticas em educação que se centra na análise de alguns desses desenvolvimentos capitalistas, se fundamenta em uma literatura atraente e sedutora em termos terminológicos, carregada de ambiguidade conceitual, perspectivas de análise conflitantes e aportes metodológicos difusos. Assim, têm proliferado uma quantidade inabarcável de análises seduzidas pelo capitalismo de plataformas de Srnicek (2016), que argumenta que os dados são a matéria-prima de um novo sistema capitalista; o capitalismo de vigilância disseminado por Zuboff (2019) que argumenta que o novo capitalismo é sustentado pelo controle de dados e pela previsão de comportamento orquestrada a partir do *Silicon Valley*; bem como por uma variedade de outras tentativas de conceituar a presença de um novo sistema sob noções como «uberização», «silicolonização», «tecnofeudalismo» e muitas outras mais. Embora essas conceituações apresentem

esforços analíticos e contribuições para explorar os desenvolvimentos do mesmo fenômeno, suas análises fragmentadas tornam suas conclusões insuficientes para afirmar a existência de um novo capitalismo. É necessário se desvincular de todas essas conceituações carregadas de terminologias e noções sedutoras enquanto o capitalismo continua se expandindo.

Este artigo não se preocupa com as adjetivações e os complementos (de vigilância, de plataformas etc.) para continuar com a tendência de afirmar a presença de um novo sistema capitalista. O artigo parte do pressuposto de que o que deveriam estar fazendo as pesquisas críticas, especialmente as herdeiras da teoria marxista, é se concentrar no elemento central, qual seja, o capitalismo. O objetivo final não deve ser outro senão examinar as transformações do capitalismo contemporâneo por meio de sua dinâmica cíclica de reinvenção e desenvolvimento em torno de suas próprias crises e contribuir para reverter as lógicas intrínsecas do próprio capitalismo sob as quais opera para continuar se expandindo através da materialidade da transformação digital dos sistemas educacionais. Disso tudo decorre que se deve esquecer as terminologias sedutoras que dão lugar a análises fragmentadas. Seria suficiente chamá-lo de capitalismo, sem mais. No limite, seria suficiente se referir ao capitalismo na era digital ou, simplesmente, ao capitalismo contemporâneo.

A partir disso, um dos desafios das pesquisas críticas em educação é articular um conjunto de elementos teóricos e metodológicos consistentes para examinar com mais precisão os avanços do capitalismo. Daí decorre a razão de ser deste artigo, que tem como propósito contribuir com alguns elementos úteis para a análise das mudanças na política educacional global.

O objetivo do artigo é defender um aparato teórico-conceitual e analítico sobre as noções de democracia, Estado e ideologia, a fim de analisar alguns dos avanços do capitalismo contemporâneo em sua era digital na política educacional global. Para enfrentar este desafio, o artigo toma como referência os sistemas educacionais de Portugal e Brasil como meios de explicação para explorar alguns dos desenvolvimentos do capitalismo contemporâneo na política educacional global. O texto é dividido em três seções, sendo que cada uma se concentra em uma das três noções (democracia, Estado e ideologia) e as enquadra, a partir de três crises cíclicas do capitalismo contemporâneo. A primeira seção apresenta uma visão da análise para atualizar a democracia na era digital do capitalismo e toma como ponto de partida a Revolução dos Cravos de 1974, no contexto português, e o processo de abertura democrática após a ditadura cívico-militar no contexto brasileiro, a partir de 1985. A segunda seção defende uma perspectiva precisa para examinar o Estado como relação social, sustentada através da relação entre o público e o privado e sua materialização em redes de governança, e toma como ponto de referência a crise capitalista de 2008. A terceira seção centra-se na ideologia a partir das noções de imaginários sociotécnicos e tecnossolucionismo, para compreender a

expansão do capitalismo após a crise da pandemia global de Covid-19, como meio de examinar os novos desenhos que estão sendo orquestrados para configurar o presente e o futuro dos sistemas educacionais na era digital do capitalismo.

Da democracia pós-ditadura ao desafio da soberania digital democrática

Agora que o capitalismo contemporâneo na era digital se expande nos e através dos sistemas educacionais, por meio da privatização digital da educação, é um momento crucial para atualizar e reposicionar a análise da democracia nos estudos da política educacional. Um foco de análise oportuno é situar a democracia não como uma abstração, mas como um processo histórico, construído e vivenciado por sujeitos em relação vinculados a projetos de classe distintos (Wood, 2023). Examinando sempre a realidade material através dos limites do capitalismo, um dos aspectos centrais para este desafio é situar a construção democrática a partir dos seus ciclos de interrupções, ligados a períodos de crises cíclicas do capitalismo, que provocam obstáculos para consolidar avanços democráticos em contextos específicos. Sob este enfoque, os estudos críticos em educação interessados na democracia contemporânea na era digital têm a provocação de prestar mais atenção aos avanços e retrocessos democráticos explicados através das conexões que deram forma à construção histórica do capitalismo contemporâneo. A título de exemplo, situar a democracia contemporânea em Portugal e Brasil através das sínteses que mostram como o capitalismo se expande através dos períodos pós-ditadura é um ponto de partida para situar os desafios democráticos do presente e do futuro.

Em relação à Revolução dos Cravos (1974), algumas das primeiras pesquisas demonstram como a escola foi um objeto central para tentar consolidar um estado democrático (Lima, 1992). Durante o período revolucionário, a escola manifestou “práticas democráticas, colegiadas e participativas” através de “uma situação de acentuada e generalizada heteropraxia, em busca de ordenamentos alternativos e de regras próprias” para estendê-las à construção de uma sociedade democrática (Lima, 2009, p. 228). No entanto, um mês após 25 de abril de 1974, o governo provisório aprovou o Decreto-Lei nº 221/74 para regular as práticas de autogestão escolar, não reconhecendo a autonomia na lei, com a estratégia de mitigar e ressignificar os avanços da gestão democrática propostos pelas escolas. Desde então, e ao longo destes cinquenta anos de democracia portuguesa, assim como aconteceu com a tendência global, desde a crise capitalista de 1973, a deterioração da construção democrática na relação escola-sociedade se materializou tanto pelo desenvolvimento de práticas neoliberais dentro das salas de aula (Lima & Afonso, 2002), quanto pelas diversas formas expressivas de privatização da educação que têm gerado implicações para os avanços democráticos (Antunes & Peroni, 2023).

Desde o fim do período de exceção, de forma semelhante ao que aconteceu em Portugal, a defesa da educação pública tornou-se no Brasil uma das principais bandeiras de luta durante o processo de redemocratização do país, com ênfase na participação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (1987) (Pires, 2015). Sob estas premissas, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu avanços democráticos, como o reconhecimento do direito à educação como um direito social (art. 6), o princípio da gestão democrática (art. 206, VI) e a gratuidade nas etapas da educação básica (art. 208, I). Não obstante, com a reforma do Estado durante a década de 1990, alinhada às tendências globais de expansão do neoliberalismo, a promoção da educação passou a ser entendida através de uma “matriz empresarial, em oposição à ideia de democratização da educação” estabelecida no âmbito da Carta Política (Oliveira & Araújo, 2005, p. 6). Desde então, as várias formas de examinar a privatização do sistema educacional brasileiro têm sido uma constante, centrando o interesse das pesquisas nas últimas três décadas (Adrião et al., 2022). Como argumenta Leher (2012), com base na concepção de Fernandes (1981) sobre o capitalismo dependente no Brasil, as reformas pós-ditadura mantêm a hegemonia das correlações de forças históricas do país, perpetuadas “agora sob hegemonia de sua fração financeira e, particularmente, rentista” (Leher, 2012, p.170).

Com tudo isso, pode-se deduzir que a democracia atual e sua identificação sob o contexto do neoliberalismo teriam sido impossíveis em qualquer outro cenário que não fosse das relações sociais específicas do capitalismo contemporâneo. Estas relações sociais são impulsionadoras e, ao mesmo tempo, limitadoras estritas da democracia, e o grande desafio do capitalismo seria ampliar a democracia além dos seus estreitos limites. Ou, transferindo para o neoliberalismo o que Wood (2023) sustenta sobre o liberalismo, as relações sociais que impulsionam o seu início são, ao mesmo tempo, os limites estritos da democracia, e a alternativa a esta construção democrática seria compreender a democracia estritamente como “sinônimo de socialismo” (p. 57). Por isso, considera-se como ponto fulcral a não separação do económico e do político no contexto de análise da democracia no capitalismo contemporâneo.

Para contrariar a tendência do capitalismo em relação aos avanços democráticos, um aspecto crucial é incluir nas análises da política educacional a materialização dos direitos democráticos que são construídos coletivamente na autocrítica da prática social (Peroni, et al., 2021). Ainda mais importante, incluir que a coletivização das decisões é um elemento central para a construção da democracia e, portanto, contemplar o protagonismo dos sujeitos com foco no processo e não no produto. Ou de forma complementar e mais ampla, é necessário situar a materialidade da democracia através de “programas sociopolíticos e instrumentos de ação que só podem ser elaborados por meio de uma prática social crítica e autocrítica no curso de seu desenvolvimento efetivo” (Mészáros, 2002, p. 1008).

Como complemento ao exposto anteriormente, uma abordagem oportuna para futuras análises sobre a democracia na era digital do capitalismo é partir da premissa de que as relações democráticas devem ser construídas sobre a experiência vivida e compartilhada (Thompson, 2023). Por exemplo, nas escolas públicas, os mecanismos democráticos de gestão, a construção coletiva do projeto político-pedagógico, a autonomia pedagógica e financeira e a ampliação de espaços de participação social são processos pedagógicos de aprender com/para a democracia, tanto para a comunidade escolar quanto para a sociedade em geral. Isso significa afirmar que a gestão democrática da escola ocorre através de relações sociais que têm potencialidades pedagógicas, pois envolvem confrontos, conflitos, controvérsias e consensos, que ocorrem através do diálogo constante, sendo a escola um local privilegiado para a mediação de vínculos sociais e democráticos.

A partir de tudo isso, um desafio para as futuras pesquisas que queiram contrariar a expansão do capital por meio de mercadorias digitais é reposicionar a construção da democracia através da elaboração de princípios baseados na soberania democrática digital. Uma iniciativa a este respeito é a elaboração do Manifesto pela educação digital democrática pela Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (ReLAAPPe).

O Estado como uma relação social: o público e o privado e as redes de governança na era digital

Para examinar os avanços do capitalismo na era digital, as transformações do Estado são outro foco que as pesquisas críticas em educação devem retomar. Aqui, a defesa não é definir o Estado como um aparato, uma coisa, uma instituição ou algo abstrato, mas sim como uma relação social. Um ponto de partida para analisar a materialização do Estado como relação social é fazê-lo através da governança, compreendida como “mecanismos e estratégias de coordenação diante da interdependência mútua complexa de agentes, organizações e sistemas funcionalmente autônomos” (Jessop, 2017, p. 230). Para isso, as análises da política educacional podem examinar o poder estatal através dos mecanismos de governança que orquestram um Estado como relação social através das formas, funções e efeitos do capitalismo contemporâneo na configuração dos sistemas educacionais.

Atualizar alguns dos eixos analíticos para examinar a relação entre o público e o privado (Peroni, et al., 2021) é um meio central para analisar os novos modos de governança sob os quais o Estado opera em relação social. As parcerias público-privadas na educação podem ser examinadas como forças sociais em disputa que, do ponto de vista de Thompson (2023), são mediadas pela complexidade da estrutura e da dinâmica social, e como “diálogo entre o ser social e a consciência social, que dá origem

à experiência” (p. 43), onde a experiência é sempre gerada “dentro das coordenadas de sua consciência e sua cultura” (p. 282). Sob essa visão, as relações entre o público e o privado são sustentadas por determinações ideológicas que fazem parte das mudanças sociais e econômicas mais amplas que se configuram através de processos de classe, sempre em relação. Além disso, essa relação social entre o público e o privado pode ser analisada através das correlações de forças que transformam a democracia e ocorrem na sociedade e no Estado, em um período determinado do capitalismo, entendendo “o particular” como uma forma de analisar a realidade na medida em que “o movimento do singular para o universal e vice-versa é sempre mediado pelo particular, é um verdadeiro membro intermediário, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento” (Lukács, 1967, p. 45). A crise econômica global de 2008 é um período particular que, se situado em contextos específicos como os de Portugal e Brasil, pode fornecer elementos para compreender as bases da atual expansão da governança do Estado como relação social na era digital do capitalismo.

Desde a crise econômica de 2008, na política educacional portuguesa, houve uma ampla gama de análises que têm proporcionado importantes contribuições sobre a materialização da relação entre o público e o privado (Antunes & Peroni, 2023). Foi manifestado que a relação público-privado na educação é parte constitutiva do movimento estrutural do Estado, dos interesses dos grupos sociais hegemônicos e do desenvolvimento do próprio capitalismo. A relação entre o público e o privado, a partir da crise capitalista de 2008, ganhou preponderância no contexto português para examinar principalmente a ideologia neoliberal, as políticas de *accountability* e os mercados e quase-mercados escolares, regidos pelas dinâmicas de competição entre escolas e famílias para proporcionar a liberdade de escolha (Afonso, 2010). Posteriormente, o foco no estudo da relação entre o público e o privado direcionou a atenção principalmente para a configuração de novas formas de governança em rede (Viseu & Carvalho, 2021). Em Portugal, as principais redes políticas de governança são orquestradas pela unificação de *think tanks* de grande relevância na política educacional portuguesa, entidades bancárias, organismos internacionais privados e fundações filantrópicas de alcance global, formando, entre essa multiplicidade de atores, novas redes que fazem parte constitutiva de um Estado em relação social, ao mesmo tempo em que suplantam a tomada de decisões que antes correspondia ao governo central. Em suma, assim como está acontecendo à escala global, é principalmente através das redes de governança política que se materializam e expandem essas variações do público e do privado pós-crise de 2008, na compreensão do Estado como relação social no capitalismo contemporâneo.

No contexto da política educacional brasileira, desde a crise econômica de 2008 (Peroni & Adrião, 2008), essas análises são ainda mais abundantes e prolíficas do que no contexto português. Tomando como ponto focal a entrada de atores políticos privados na arena política pública, no contexto de análise da privatização educativa no Brasil,

proliferaram os estudos que proporcionaram importantes avanços para lidar com a formação do Estado como relação social. Essas análises foram principalmente materializadas através de redes políticas de governança para explorar a relação social do Estado na expansão do capitalismo contemporâneo. Como em poucos contextos mundiais houve uma amplitude de análises em redes de governança público-privadas que examinaram com acerto a expansão do capital através da incidência das fundações filantrópicas e do filantropocapitalismo (Evangelista & Leher, 2012), dos organismos internacionais e das organizações multilaterais (Pereira, 2019; Shiroma & Evangelista, 2014) e das redes políticas neoconservadoras (Cássio et al., 2020; Lima & Hypolito, 2020; Lima, 2020).

Um dos principais desafios que as análises na política educacional enfrentam neste momento é estudar as variações do Estado como uma relação social através de suas materializações em redes políticas de governança digital. Isso ocorre porque estão sendo materializadas novas redes políticas de governança digital que são configuradas por atores políticos privados e públicos (corporações tecnológicas, entidades bancárias, organismos internacionais, governos, *think tanks*, fundações filantrópicas, *lobbies*, investidores, *startups*, etc.), e uma multiplicidade de avanços tecnológicos (*software*, aplicativos, plataformas digitais e uma infinidade de ferramentas tecnológicas baseadas em *Big Data*, inteligência artificial, realidade virtual, metaverso, etc.) que se unificam e operam em conjunto para pensar, decidir, configurar e implementar as políticas educacionais que estão transformando os sistemas educacionais (Saura, et al., 2023). Essas novas redes políticas de governança digital não param de se expandir pelos sistemas educacionais da maioria dos países ao mesmo tempo em que conformam a nova governança de um Estado em relação social para expandir o capitalismo na era digital.

Por enquanto, as redes políticas de governança digital continuarão a se expandir pela maioria dos sistemas educacionais devido a dois motivos centrais. O primeiro deles é que a tendência global da maioria dos países é colocar a transformação digital da educação como o eixo prioritário das reformas educacionais globais. Daí que seja possível falar de um novo movimento global de reformas educacionais digitais. O segundo motivo é que para realizar este novo movimento global de reformas educacionais digitais, todos os governos do mundo estão decididos a desenvolver a transformação digital dos sistemas educacionais, através de mercadorias digitais privadas em detrimento de ferramentas tecnológicas públicas.

Imaginários sociotécnicos e tecnossolucionismo como uma ideologia do capital na era digital

No atual período particular do capitalismo, regido pela aceleração das tecnologias digitais em resposta à crise da pandemia global Covid-19, a maioria dos países está desenvolvendo novas reformas para viabilizar o presente e o futuro da aceleração da

transformação digital. Continuando com os dois contextos, a título de exemplo, a reforma Portugal Digital tem como objetivo “acelerar a transformação digital do país para que ninguém fique para trás, projetando Portugal no mundo, rumo a uma nação digital” (Portugal Digital, 2022, p.1), através do lema “De Start-Up Nation para Digital Nation”, e no caso brasileiro a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), tem como objetivo acelerar a transformação digital do país durante o período de 2022-2026. Essas novas reformas são, em si, materializações discursivas e ideológicas de novos imaginários que projetam as mudanças econômicas e políticas do futuro do capitalismo nas e através das reformas de transformação digital dos países. Ou seja, novos imaginários materializados em políticas que visam consolidar a inovação tecnológica exigida pelo avanço constante do capitalismo.

A noção de «imaginários sociotécnicos», proveniente do campo multidisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), oferece a capacidade de analisar as inovações tecnocientíficas do capitalismo que estão se materializando nas reformas educacionais globais para projetar o presente e o futuro dos sistemas educacionais. Os imaginários sociotécnicos, como noção impulsionada principalmente por Jasanoff (2015), costumam ser compreendidos como “visões de futuros desejáveis coletivamente sustentadas, institucionalmente estabilizadas e publicamente praticadas, animadas por entendimentos partilhados de formas de vida social e de ordem social atingíveis por meio de, e em apoio a, avanços na ciência e na tecnologia” (p. 5). Muito próximas de Jasanoff, a maioria das análises críticas, tanto no campo multidisciplinar de CTS quanto na política educacional, tendem a situar os desejos coletivos como a força motriz sob a qual emerge a institucionalização das projeções dos avanços tecnocientíficos contemporâneos que visam orquestrar os projetos de futuros possíveis para a expansão do capital. A seguir, defende-se que a noção de imaginários sociotécnicos tem grande potencial para análises na política educacional, mas de uma perspectiva muito diferente daquela utilizada por Jasanoff (2015) e muitos de seus seguidores pós-modernos. Em vez de compreender os imaginários sociotécnicos a partir de desejos coletivos, aqui se pretende materializar essa noção com o objetivo de torná-la uma ferramenta com potencial para analisar o capitalismo contemporâneo em sua era digital.

Em um primeiro momento, sob esses propósitos de fazer da noção de imaginários sociotécnicos uma ferramenta para análises materialistas, foram elaboradas duas definições para distinguir duas tipologias de imaginários sociotécnicos: imaginários sociotécnicos programáticos e imaginários sociotécnicos mercantis (Saura et al., 2023). Por um lado, os imaginários sociotécnicos programáticos foram definidos como as estratégias de desenvolvimento tecnológico, educacional, econômico e geopolítico de Estados, organismos internacionais etc., que são implementadas em sistemas educacionais de territórios muito específicos. Esses imaginários programáticos podem ser divididos, por sua vez, entre imaginários sociotécnicos globais e imaginários

sociotécnicos nacionais. Por outro lado, os imaginários sociotécnicos mercantis foram definidos como as imagens econômicas e políticas projetadas pelos atores políticos privados da indústria tecnológica (*Big Tech*, *Big EdTech*, unicórnios tecnológicos, investidores de capital de risco etc.), que têm como objetivo tornar mais atrativos os novos mercados tecnológicos que criam para projetar o sucesso futurista da educação, enquanto desenham o futuro da humanidade e das máquinas.

Um meio de incorporar a noção de imaginários sociotécnicos às análises na política educacional é utilizá-la para examinar como estão se configurando os novos desenhos discursivos e políticos que buscam projetar os desafios tecnocientíficos para o domínio geopolítico e as posições que os países devem ocupar, após a enésima crise econômica que o sistema capitalista está vivenciando desde a pandemia global de Covid-19. Outro meio, sob o qual se quer focar a atenção a seguir, é utilizar a noção de imaginários sociotécnicos para abordar os processos de dominação e poder, ao mesmo tempo em que contribui para a análise crítica da ideologia. Ou seja, fazer dos imaginários sociotécnicos uma ferramenta conceitual e analítica para os estudos centrados no poder, e na política educacional em particular, com o objetivo de identificar como a ideologia do capital no capitalismo contemporâneo se materializa na e através da educação.

Para isso, um ponto de partida para análises críticas na educação é partir da síntese de que no capitalismo contemporâneo, assim como em outros períodos históricos, as classes dominantes exercem controle sobre os meios de produção e sobre as relações sociais de produção. Ou seja, os processos de dominação do capitalismo sempre vêm acompanhados de uma dominação ideológica de classe. A ideologia de classe aqui, de forma ampla, pode ser compreendida através da síntese dialética de Marx e Engels, que afirmam que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes” (2007, p. 47). Ou através das contribuições de Gramsci (1999), para quem a ideologia de classe se materializa pela elaboração de imaginários que constroem as visões futuras do mundo para perpetuar os processos de acumulação e os projetos hegemônicos do capitalismo.

Para desenvolver a análise da dominação ideológica dos novos imaginários sociotécnicos que estão projetando o futuro do capitalismo na e através da educação e a atenção às Estratégias Nacionais de Inteligência Artificial é de enorme necessidade para os estudos na política educacional. Tanto a Estratégia de Inteligência Artificial 2023 de Portugal (AI Portugal 2030) quanto a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) — que são imaginários sociotécnicos nacionais —, são bons exemplos para examinar as materializações discursivas e ideológicas do capitalismo na era digital.

AI Portugal 2030, ao indicar as dimensões da vida social que podem ser resolvidas por meio da IA, afirma que “melhorará a qualidade dos serviços e a eficiência dos processos, garantindo ao mesmo tempo a dignidade humana, bem-estar e qualidade de vida” e que “a economia crescerá a um ritmo mais acelerado devido à adoção da IA. Problemas

sociais importantes, como sustentabilidade, gestão de recursos e desemprego, serão tratados com sucesso utilizando tecnologias de IA e ciência de dados”. A EBIA, na mesma direção, afirma que “espera-se que a IA possa trazer ganhos na promoção da competitividade e no aumento da produtividade brasileira, na prestação de serviços públicos, na melhoria da qualidade de vida das pessoas e na redução das desigualdades sociais, entre outros”. A questão educacional é pautada nestes novos imaginários sociotécnicos nacionais como componente essencial para o desenvolvimento da IA, preparando as gerações futuras, não apenas para lidar com o mundo digital e de inteligência artificial, mas para prosperar nele. Essas materializações políticas também sustentam o fortalecimento dos chamados ecossistemas de inovação, tecnologia e inteligência artificial, em uma nova configuração de parcerias público-privadas por meio de uma “governança tecnossolucionista” (Saura et al., 2023) que se materializa em escala global.

A noção de tecnossolucionismo (Morozov, 2018) é outro elemento que pode acompanhar com consistência as análises na política educacional interessadas em examinar a ideologia desses imaginários do capitalismo na era digital. A tecnologia digital na educação é vinculada a um discurso salvacionista mais amplo, que apresenta as novas tecnologias como o único caminho possível para superar quaisquer problemas que se apresentem. A tendência tecnossolucionista que advém do Vale do Silício se fundamenta, por um lado, em estabelecer soluções tecnológicas funcionais e simplistas para problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais muito complexos, sem efetivamente considerar a natureza própria dos problemas, que são retorcidos, simplificados e tratados “de forma muito estrita e quase sempre dentro dos eixos mais rentáveis para os defensores das ‘soluções’” (Morozov, 2018, p. 64).

Ao mesmo tempo, o solucionismo tecnológico, ou tecnossolucionismo, é uma ideologia da qual os capitalistas se utilizam para criar e propor soluções tecnológicas aos problemas que em parte eles mesmos criam: criar o problema e criar a solução. Nem todos os problemas que dizem solucionar são problemas em si, mas as soluções propostas direcionam a agenda programática a ser desejada e as ideias que conformam as pessoas sobre como deve ser o futuro da digitalização em geral e dos sistemas educativos em particular.

Existem dois elementos centrais na ideologia tecnossolucionista. O primeiro é o sentido teleológico que as tecnologias digitais têm assumido na educação. O que os tecnossolucionistas propõem é que a tecnologia que eles apresentam como soluções tem um objetivo: o progresso. Assim, os sistemas educacionais devem ser projetados e imaginados para avançar por meio das soluções tecnológicas que eles propõem para dar sentido último à própria educação. Nesse sentido teleológico, a inovação dos imaginários sociotécnicos é um elemento semiótico de primeira ordem. Com isso, busca-se transmitir a ideia de que a inovação é sempre positiva, um bem e um fim em si mesmo para qualquer sistema educacional.

O segundo elemento transmitido na ideologia tecnossolucionista é o sentido de despolitização das tecnologias digitais na educação. Qualquer solução tecnológica proposta tende a manifestar uma aparente neutralidade política. Portanto, o debate sobre o futuro das tecnologias geralmente se concentra nas ferramentas tecnológicas em si, ou seja, na medição de sua eficácia, eficiência e impacto, bem como em sua relação com as práticas pedagógicas, para saber se há mais e melhor aprendizado com o uso das soluções tecnológicas. As análises mais tecnocratas que têm se debruçado sobre as tecnologias digitais contribuem muito para essas tentativas de transmissão ideológica da despolitização das tecnologias.

Conclusões

As atuais transformações do capitalismo contemporâneo provocam os estudos críticos em educação a se concentrarem na análise do capitalismo em sua era digital. Os elementos conceituais e analíticos precisam ser articulados com precisão para examinar as mudanças na política educacional em contextos específicos. Mais uma vez, alguns dos elementos fundamentais da política educacional (democracia, Estado e ideologia) precisam ser revisitados a fim de neutralizar e reverter os avanços do capital.

Considera-se que pesquisar a democracia na era digital do capitalismo como um processo histórico construído e vivenciado por meio das correlações de forças é um foco mais oportuno, afastando-se das abstrações. É importante que a pesquisa em educação que visa construir contextos mais democráticos, articule a pesquisa por meio das materializações dos direitos democráticos, construídos coletivamente por meio da experiência compartilhada. De acordo com essas premissas, um dos focos da pesquisa em educação é concentrar-se na construção de contextos que levem a uma maior soberania democrática digital.

Examinar o Estado como uma relação social é uma tentativa de entender as relações entre o público e o privado e os novos modos de governança que estão sendo articulados para expandir as reformas da educação digital desenvolvidas pela maioria dos sistemas educacionais. A pesquisa crítica em educação que realiza análises das redes de governança e das relações público-privadas deve concentrar a atenção nas novas redes de governança digital articuladas entre os novos atores políticos públicos e privados e a miríade de mercadorias digitais que agora estão sendo articuladas para as reformas educacionais globais pró-digitalização.

Estudar a ideologia no capitalismo contemporâneo na era digital é de enorme necessidade devido às transformações atuais que estão se materializando para projetar o futuro dos sistemas educacionais em todo o mundo. Materializar a noção de imaginários sociotécnicos é um meio de examinar como as novas políticas estão sendo moldadas para projetar a sociedade do futuro. O conceito de tecnossolucionismo é

uma ferramenta de análise para examinar como os projetos do futuro são orquestrados pelas soluções tecnológicas que os capitalistas criam para resolver alguns dos problemas que eles mesmos criaram.

Por fim, não se pretende encerrar o debate conceitual neste manuscrito, mas propor alguns elementos-chave para os desafios impostos pelo desenvolvimento do capitalismo contemporâneo em sua era digital. A compreensão da centralidade desse debate no campo da política educacional aponta para uma análise que busca lançar luz sobre o enfraquecimento da democracia e a expansão das novas formas de privatização global da educação.

Referências

- Adrião, T., Garcia, T., Borghi, R., Bertagna, R., Paiva, G., & Ximenes, S. (2022). *Private systems of education in brazilian public education: consequences of commodification for the right to education*. Pedro & João.
- Afonso, A. J. (2010). Protagonismos instáveis dos princípios de regulação e interfaces público/privado em educação. *Educação & Sociedade*, 31, 1137-1156. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400005>
- Antunes, F., & Peroni, V. (2023). Democratização e relações entre público e privado em educação: provisão, sentido e conteúdo, no Brasil e Portugal (2015-2022). *Currículo sem Fronteiras*, 23, 1-32. <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v23.1121>
- Cássio, F., Avelar, M., Travitzki, R., & Novaes, T. (2020). Heterarquização do Estado e a expansão das fronteiras da privatização da educação em São Paulo. *Educação & Sociedade*, 41, 1-20. <https://doi.org/10.1590/ES.241711>
- Evangelista, O., & Leher, R. (2012). Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. *Revista Trabalho Necessário*, 10(15), 1-29. <https://doi.org/10.22409/tn.10i15.p6865>
- Fernandes, F. (1981). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Zahar.
- Gramsci, A. (1999). *Cadernos do Cárcere*. Volume 1. Civilização Brasileira.
- Jasanoff, S. (2015). Future imperfect: Science, technology, and the imaginations of modernity. In S. Jasanoff, & S. H. Kim (eds.), *Dreamscapes of Modernity. Sociotechnical imaginaries and the fabrication of power* (pp. 1–33). Chicago Press. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226276663.003.0001>
- Jessop, B. (2017). *El Estado. Pasado, presente y futuro*. Los libros de la catarata.
- Leher, R. (2012). Florestan Fernandes e a defesa da educação pública. *Educação & Sociedade*, 33(121), 1157-1173. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000400013>
- Lima, I., & Hypolito, A. (2020). Escola sem Partido: análise de uma rede conservadora na educação. *Práxis educativa*, 15, 1-17. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15290.053>
- Lima, L. (1992). *A escola como organização e a participação na organização escolar. Um estudo da escola secundária em Portugal (1974–1988)*. Universidade do Minho.

- Lima, L. (2009). A democratização do governo das escolas públicas em Portugal. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras*, 19, 227-253.
- Lima, L., & Afonso, A. (2002). *Reformas da Educação Pública: Democracia, Modernização, Neoliberalismo*. Afrontamento.
- Lima, P. (2020). *O projeto educativo da nova direita brasileira: sujeitos, pautas e propostas*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218427>
- Lukács, G. (1967). *Existencialismo ou marxismo?* Senzala.
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. Boitempo.
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. Boitempo.
- Morozov, E. (2018). *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. Ubu.
- Oliveira, R., & Araujo, G. (2005). Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista brasileira de educação*, 28, 5-23.
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000100002>
- Pereira, R. (2019). Governança corporativa na política educacional: o papel da OCDE. *Práxis Educacional*, 15(31), 123-146. <https://doi.org/10.22481/praxis.v15i31.4663>
- Peroni, V., & Adrião, T. (2008). *A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. Público e privado na educação: novos elementos para o debate*. Xamã.
- Peroni, V., Rossi, A., & Lima, P. (Orgs.). (2021). *Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina*. Livraria Física.
- Pires, D. (2015). *A construção histórica da relação público-privada na promoção do direito à educação no Brasil*. [Tese Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/117781>
- Portugal Digital. (2022). Sobre nós. <https://portugaldigital.gov.pt/sobre-nos/>.
- Saura, G., Cancela, E., & Parcerisa, L. (2023). *Privatización educativa digital*. *Profesorado*, 27(1), 11-37. <https://doi.org/10.30827/profesorado.v27i1.27019>
- Shiroma, E. O., & Evangelista, O. (2014). Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. *Educação e Fronteiras*, 4(11), 21-38.
- Srnicek, N. (2016). *Platform capitalism*. Cambridge Polity Press.
- Thompson, E. P. (2023). *La miseria de la teoría*. Verso.
- Viseu, S., & Carvalho, L. M. (2021). Policy networks, philanthropy, and education governance in Portugal: the raise of intermediary actors. *Foro de Educación*, 19(1), 81-104. <https://doi.org/10.14516/fde.818>
- Wood, E. M. (2023). *La democracia contra el capitalismo. La renovación del materialismo histórico*. Verso.
- Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. Public Affairs.

Geo Saura

Universitat de Barcelona
Serra Hunter Fellow in Education Policy
E-mail: geosaura@ub.edu
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5049-1483>

Vera Maria Vidal Peroni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Professora do Programa de Pós-Graduação
E-mail: veraperoni@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6543-8431>

Daniela de Oliveira Pires

Universidade Federal do Paraná
Professora Adjunta
danielaopires77@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6671-9195>

Paula Valim de Lima

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
PhD Student in Education
E-mail: paulavalimd@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1798-7476>

Correspondência

Geo Saura
Universitat de Barcelona, Facultat d'Educació
Edifici Llevant: 3r pis
Pg. de la Vall d'Hebron, 171
08035 Barcelona

Data de submissão: fevereiro 2024

Data de avaliação: março de 2024

Data de publicação: junho 2024